

DOSSIÊ 1964: Golpe de Estado

A historiografia sobre a ditadura 60 anos após o golpe: para além do revisionismo

Marco Marques Pestana¹

Força do revisionismo e tendências recentes

Em meados dos anos 1990 iniciou-se a afirmação de uma nova vertente da historiografia acadêmica sobre o golpe de 1964 e a ditadura por ele instalada. Nas efemérides que marcaram os quarenta e os cinquenta anos do golpe (2004 e 2014), a organização de uma miríade de seminários, a publicação de numerosos trabalhos por algumas das maiores editoras do país e a frequente presença de seus expoentes nas páginas dos principais veículos da imprensa empresarial fizeram com que tal vertente ocupasse uma posição de inegável predomínio nos debates historiográficos².

Essa linha de interpretação – que constitui parte de uma onda global mais ampla da qual se abastece de temas e abordagens – se organiza em oposição às leituras marxistas e seu núcleo fundamental de proposições incorpora aspectos das leituras apologéticas do golpe e da ditadura, ainda que sem compartilhar esse posicionamento político. As posições acadêmicas dos autores, bem como, em ao menos um caso, o prestígio simbólico decorrente da participação na guerrilha urbana contra a ditadura, contribuíram para que fosse possível apresentar tais ideias sob um viés aparentemente progressista. Em função dessas características, algumas das principais leituras críticas de tal vertente sintetizaram o seu sentido em termos de uma concepção revisionista³.

Ao nos aproximarmos dos 60 anos do golpe, faz-se necessário atualizar o balanço acerca do estado da arte da historiografia sobre o golpe e a ditadura. Tal esforço deve, necessariamente, partir da constatação de que as teses revisionistas seguem predominantes no espaço acadêmico, notadamente no campo da História. Por outro lado, é igualmente importante destacar que, mesmo durante o auge do revisionismo em 2004-2014, houve importantes esforços analíticos que se dedicaram a criticar os pressupostos interpretativos daquela corrente e/ou oferecer análises contrapostas do processo histórico⁴. No período pós-2014, por sua vez, ainda no

1 Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (PPGH/UFF). Professor do Departamento de Serviço Social da UFF.

2 MATTOS, Marcelo Badaró. *Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia*. História e Luta de Classes, n.1, 2004, pp.11-18.; e TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo*. Crítica Marxista, n.19, 2004, pp.27-28.

3 TOLEDO, op. cit.; MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo na historiografia contemporânea. In: MELO, Demian Bezerra (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, pp.17-49.

4 LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. *Contrarrevolução e ditadura: ensaio sobre o processo político brasileiro pós-1964*. Marx e o Marxismo, v.2, n.2, jan/jul 2014, pp.111-138.;

âmbito desse campo crítico ao revisionismo, têm se desenvolvido linhas de pesquisa que trazem novas abordagens e/ou aprofundam perspectivas anteriores, obtendo certa capilaridade nos espaços acadêmicos e influência no debate público.

O presente artigo pretende colaborar com esse balanço da historiografia recente por meio do exame de duas das vertentes analíticas que ganharam espaço no campo das interpretações críticas no último decênio: de um lado, a que enfoca o papel do empresariado na preparação do golpe e na condução do regime ditatorial; e, de outro lado, aquela que enfatiza os impactos da repressão ditatorial sobre os grupos sociais subalternizados, com destaque para a classe trabalhadora em toda sua diversidade. Para tal, essa introdução será seguida por quatro seções. Na primeira, serão sumarizadas as teses que constituem os alicerces da perspectiva revisionista. Cada uma das duas seções subsequentes, por sua vez, será devotada à exploração de uma das vertentes analíticas acima mencionadas. Por último, serão sintetizados alguns aspectos antagônicos entre os dois campos historiográficos considerados (revisionista e crítico), indicando possibilidades de desdobramentos positivos da historiografia a partir da crítica ao revisionismo.

Síntese do programa interpretativo revisionista

Em se tratando de um amplo campo, o revisionismo comporta nuances e divergências em seu interior. Em linhas gerais, no entanto, as interpretações que compõem esse campo se alicerçam em duas proposições fundamentais, que apontam para um mesmo sentido analítico. A primeira delas é a equiparação das responsabilidades das forças políticas de esquerda e direita pelo golpe de 1964. Na formulação de Argelina Figueiredo, uma das precursoras do revisionismo que seria fartamente referenciada por trabalhos desse campo, “*ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse às suas conveniências. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas*”⁵. A partir dessa constatação, conclui-se que haveria na sociedade brasileira um desprezo disseminado pela democracia, o qual tornaria mais fácil a tarefa de legitimar a ação efetivamente golpista. Indo além, o jornalista Elio Gaspari afirmou que em março de 1964, “*havia dois golpes em marcha*”⁶, sendo um deles capitaneado pelo então presidente João Goulart (Jango), que se apoiaria em setores das forças armadas e nos sindicatos de trabalhadores. Dessa forma, Gaspari aprofundou a equivalência, ao transpô-la do campo dos valores para o da ação prática.

e PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda S. (orgs.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 4 volumes. Porto Alegre: Corag, 2009.

5 FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Trad. de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p.202. Essa interpretação foi tomada como uma das bases fundamentais de FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

6 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51.

Complementando essa apreciação, o revisionismo estruturou, também, uma mirada acerca da dinâmica e da natureza da ditadura. Nessa seara, Daniel Aarão Reis Filho argumentou que na transição para a democracia teria se cristalizado uma memória hegemônica pautada na ideia de que “*a sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão*”⁷. Em contraponto, o autor propôs direcionar o olhar para as “*(...) complexas relações que se estabeleceram entre ela [a ditadura] e a sociedade (...)*”⁸. Assim, arrolou elementos variados que indicariam a relevância da participação civil na ditadura, como uma suposta tolerância dissimulada e generalizada em relação à tortura, o elevado grau de popularidade do ditador Médici aferido por pesquisa de opinião durante seu governo, a participação popular em festejos organizados pelo regime e a ascensão social das camadas médias e de pequena parte dos setores populares durante o “Milagre Brasileiro” (que, para muitos, corresponderiam a “anos de ouro”)⁹. Dessa forma, ao lado do apoio “*ativo e consciente*”, “*a simpatia não entusiasmada, a neutralidade benévola, a indiferença, ou, no limite, a sensação de absoluta impotência*” caracterizariam as demais posturas em prol da “*estabilidade do governo*”, por meio das quais os diferentes agentes transitariam, configurando uma “zona cinzenta” de relações com a ditadura¹⁰.

Em texto introdutório de uma obra coletiva recente em que assumiram como positivo o epíteto de “revisionistas”, Denise Rollemberg e Janaína Cordeiro aprofundaram essa linha de raciocínio, apresentando de forma mais clara seu objetivo. Elegendo a noção de “consenso” como fundamental para compreender o conjunto de posturas acima elencadas, defenderam a necessidade de “*compreender a participação civil para além do universo da elite política e econômica*” do país, enfatizando comportamentos tributários de uma “*cultura política autoritária*” que estaria “*também presente nas camadas populares*”¹¹. Dessa forma, sua declarada intenção de “*problematizar (...) o caráter de classe do golpe e da ditadura*”¹² resulta na indistinção das responsabilidades de cada classe social frente à manutenção da ditadura.

No texto de Rollemberg e Cordeiro, o tema da repressão se faz presente de forma essencialmente implícita, na medida em que as autoras enxergam uma série de manobras de “*adaptação e acomodação à realidade*” por parte dos variados atores civis, o que, evidentemente, pressupõe o reconhecimento de que havia opções

7 REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p.8.

8 Idem, *ibidem*, p.14.

9 Idem, *ibidem*, pp.78-92. Em outros trabalhos, o autor incluiu nesse rol também as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, realizadas em diferentes cidades nas conjunturas imediatamente anterior e posterior ao golpe. Idem. *Ditadura e tradições autoritárias no Brasil: por uma revisão crítica permanente*. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína Martins (orgs.). *Por uma revisão crítica: ditadura e sociedade no Brasil*. Salvador: Saggá, 2021, p.445.

10 Idem, *ibidem*, pp.83-84.

11 ROLLEMBERG & CORDEIRO, op. cit., p.24.

12 Idem, *ibidem*, p.25.

bloqueadas pela força¹³. Tal percepção não as conduz, entretanto, a problematizar a natureza do “consenso” que enxergam como predominante, justamente, no período mais duro do regime. Por sua vez, Reis Filho trata mais diretamente da ação repressiva da ditadura – e a condena –, mas enxerga sua incidência unicamente sobre as oposições declaradas ao regime. Assim, não estabelece qualquer relação analítica mais densa entre essa repressão e o “consenso social” que identifica como sendo derivado, em ampla medida, do desempenho econômico nos anos do “milagre”. Com efeito, quanto à interação entre os dois fenômenos, o autor pouco tem a dizer para além da constatação de que teriam se dado “ao mesmo tempo”¹⁴.

Desde o início da difusão das ideias revisionistas, outros pesquisadores elaboraram críticas aos seus limites. Caio Navarro de Toledo, por exemplo, enfatizou a ausência de qualquer indício documental crível de que houvesse uma ação golpista de Jango em marcha, bem como a desproporção na equiparação da radicalidade retórica da esquerda e sua proposta de reformas constitucionais à longa tradição de iniciativas golpistas da direita (exemplificada pelas movimentações de 1954, 1955 e 1961, dentre outras), que culminaria com a vitória em 1964¹⁵. Já em relação à segunda proposição, Demian Melo evidenciou a fragilidade metodológica que embasa a consideração acrítica, por parte dos revisionistas, de documentos e informações produzidos pela própria ditadura ou em contexto marcado por sua força repressiva¹⁶, além de indicar o retrocesso analítico representado pela ênfase no posicionamento da “sociedade” ou dos seus elementos “civis” genericamente considerados em relação ao regime¹⁷.

Em termos de sua proposta mais geral, é possível afirmar que as interpretações revisionistas realizam um duplo movimento. Por um lado, secundarizam o papel das ações de força, seja no que se refere à manobra golpista, seja no tocante ao papel da coerção na estruturação do regime e da vida social sob a ditadura¹⁸. Por outro lado, de maneira complementar, superdimensionam o papel do consenso social naqueles processos, concebendo-o de maneira difusa e relativamente indiferenciada no que se refere aos papéis dos variados agentes sociais, os quais passam a ser vistos como portadores de uma responsabilidade compartilhada pelos acontecimentos. Como resultado desses dois movimentos, Reis Filho identifica uma forte continuidade da ditadura em relação ao conjunto da história republicana brasileira em função da suposta operação ininterrupta de uma “cultura política

13 Idem, *ibidem*, p.25.

14 REIS FILHO, op. cit., p.453.

15 TOLEDO, op. cit., pp.34-45.

16 MELO, Demian. O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. MELO (org.), op. cit., pp.168-171.

17 Esse ponto específico do argumento será aprofundado na próxima seção.

18 No caso de Reis Filho, essa leitura vem acompanhada da crítica à ação “antidemocrática” e “violenta” das oposições que optaram pela luta armada, chegando a se contrapor à “vitimização” dos que enveredaram por essa seara. REIS FILHO, *Ditadura e democracia...* Op. cit., p.9. Além disso, como uma das consequências da secundarização da repressão, o autor propõe uma periodização que reduz a vigência da ditadura aos anos 1964-1979. REIS FILHO, *Ditadura e tradições autoritárias...* Op. cit., pp.451-453.

nacional-estatista” de caráter autoritário, que expressaria o cerne do comportamento político brasileiro de maneira geral¹⁹.

Um regime de classe: empresas e empresários na ditadura

Uma primeira vertente de estudos que tem se configurado como alternativa ao revisionismo ao longo da última década se debruça sobre o papel de empresas e empresários. Nessa seara, uma abordagem que tem se destacado é inspirada na obra de René Dreifuss²⁰. Em seu trabalho, o autor se vale do arcabouço conceitual gramsciano para analisar a ação política da fração “multinacional e associada” do empresariado, composta, em grande parte, por capitais monopolistas de proveniência estrangeira (com destaque para os EUA) e por suas conexões locais (sócios, empresas parceiras, etc). Em sua ação política, tal fração se organizou, principalmente, a partir do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que configurou a ponta de lança de sua “elite orgânica”²¹, aproximando empresários, tecno-empresários e militares, conduzindo a campanha de desestabilização de Jango, elaborando os projetos de reformas que seriam implementados após o golpe e fornecendo quadros para a composição do governo Castello Branco (em ministérios, empresas estatais, etc), momento em que sua análise se encerra. Assim, “*em Dreifuss, o elemento ‘civil’ aparece com um evidente recorte de classe*”²², constituindo uma abordagem muito mais precisa do que a proposta pelo revisionismo.

A despeito de seu rigor teórico, do encadeamento de fatores de curto e longo prazos na explicação histórica e da farta documentação utilizada, o trabalho de Dreifuss ensejou poucos desdobramentos imediatos²³. Entretanto, a partir da segunda década do século XXI, seu trabalho se converteu na base de um amplo programa de

19 Alguns momentos centrais de expressão dessa cultura política seriam: o Estado Novo (1937-1945), o governo JK (1955-1960), o governo Médici (1969-1974) e os dois primeiros governos Lula (2003-2010). IDEM. *A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional estatista*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 1964, p.15.

20 DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. Um segundo impulso a essa linha de análise decorre da historiografia de outros países do Cone Sul, notadamente, da Argentina. Ver, por exemplo, BASUALDO, Victoria; BERGHOFF, Hartmut; BUCHELI, Marcelo (eds). *Big Business and Dictatorships in Latin America: A Transnational History of Profits and Repression*. London: Palgrave MacMillan, 2020.

21 Sobre o conceito de “elite orgânica” no texto em questão, ver DREIFUSS, op. cit., pp.161-162; 209 (nota 2). A discussão sobre o tema foi aprofundada pelo autor em outra obra, DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. 2a ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. pp.21-31.

22 MELO, O golpe de 1964... Op. cit., pp.167-168.

23 Uma exceção é STARLING, Heloísa. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

pesquisa²⁴. Enquanto parte dos trabalhos que compõem tal programa se dedica a expandir a compreensão da atuação do próprio IPES, outras investigações abordam diferentes organizações mantidas pelo empresariado e suas conexões transnacionais, bem como a atuação de setores específicos do capital²⁵.

Publicado em 2014 e agraciado com o Prêmio Jabuti no ano seguinte, o livro *Estranhas catedrais*²⁶ de Pedro Campos, certamente, desempenhou um enorme papel no impulsionamento desse programa de pesquisa, podendo evidenciar as possibilidades abertas por essa via de análise. Delimitando seu enfoque em torno das empreiteiras da construção pesada, Campos partiu da constituição desse setor econômico para analisar as formas organizativas acionadas desde o pré-1964 e, finalmente, alcançar o profundo entrelaçamento entre tais organizações, seus principais quadros dirigentes e o Estado ditatorial, iluminando, dessa forma, a constituição das políticas públicas favoráveis ao setor ao longo do regime. Ao final desse percurso, segundo o próprio autor,

Nossas conclusões parecem reforçar a noção de que tivemos no Brasil uma ditadura civil-militar, mantida por um pacto político de frações sociais que cruzavam as forças armadas e a sociedade. Concordando com a ponderação de que é preciso qualificar esse elemento civil, enxergamos a força de certos grupos empresariais sobre outros estratos da sociedade na sustentação, adesão e composição do regime. Nesse sentido, os empresários do setor da construção pesada (ao lado de outros grupos, em especial no setor industrial e no bancário-financeiro) tiveram grande figuração e relevância na manutenção do bloco de poder no regime pós-1964, sendo um dos principais grupos sociais responsáveis pela ditadura.²⁷

Em linhas gerais, pode-se dizer que seu trabalho reafirmou o sentido geral das teses de Dreifuss. Entretanto, ao indicar outros aspectos do processo histórico, sua abordagem aprofundou a compreensão do vínculo entre o empresariado e a ditadura. Nesse sentido, destaca-se a extensão do período coberto pelo estudo, que abarca a totalidade do período ditatorial, captando seus elementos de continuidade, bem como oscilações conjunturais. Indo além, evidenciou que as políticas ditatoriais não atenderam aos interesses empresariais unicamente “no atacado”, isto é, naquilo que concerne às condições gerais (políticas, econômicas, etc) de acumulação do capital,

24 O impacto desse programa de pesquisa pode ser medido pela modulação das avaliações revisionistas sobre a obra de Dreifuss. Em artigo de 2014, Melo e Hoeveler inventariaram os diversos revisionistas que descartaram sumariamente sua obra sob a pecha de “conspiracionista”. MELO, Demian; HOEVELER, Rejane. Muito além da conspiração: uma reavaliação crítica da obra de René Dreifuss. *Revista Tempos Históricos*, v.18, 1o semestre de 2014, pp.31-38. Em trabalho de 2021, por outro lado, Rollemberg e Cordeiro tiveram o cuidado de reconhecer seus méritos antes de, respeitosamente, indicarem suas discordâncias. ROLLEMBERG & CORDEIRO. *Uma história vigiada*. Op. cit., p.24.

25 CAMPOS, Pedro; LEMOS, Renato; BRANDÃO, Rafael (orgs.). *Empresariado e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

26 CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2014.

27 Idem, *ibidem*, p.416.

mas também “no varejo”, ou seja, respondendo a necessidades particulares de setores do capital, ou mesmo de certos grupos empresariais. Quanto a isso, é particularmente importante seu esforço para iluminar a “*heterogeneidade e os conflitos no seio da classe dominante*”²⁸, que opunham suas diferentes frações em torno de seus interesses específicos, algo secundarizado no trabalho de Dreifuss pela ênfase na unidade do conjunto dos dominantes em torno da oposição a Jango e da realização de reformas estruturantes.

Para além de tais reformas e das políticas públicas setoriais que as acompanharam, o modelo econômico da ditadura, caracterizado pelo impulso à acumulação capitalista com base na concentração monopólica e no aprofundamento da desigualdade social, tinha como outros pressupostos a estabilidade política geral e o controle da ação reivindicativa da classe trabalhadora. Em termos mais diretos, a estruturação de um aparato repressivo marcado por grande capilaridade, capacidade de produção de informações e de ação direta conectava-se diretamente ao modelo econômico ditatorial. Cônsua dessa conexão, parcela significativa dos proprietários e dirigentes das principais empresas atuantes no país se envolveu diretamente com a organização, a manutenção e o funcionamento dessa estrutura. Ao abordar a temática em dois capítulos de seu segundo volume, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade desempenhou papel importante no impulsionamento das pesquisas acerca dessa faceta específica da ação empresarial, tanto por sistematizar o conhecimento até então acumulado, quanto por fornecer indicações documentais para o aprofundamento das investigações²⁹.

Nesse sentido, o capítulo “Os civis que colaboraram com a ditadura” destaca-se por evidenciar o grau de organicidade que marcou os laços entre empresariado e aparato repressivo no estado de São Paulo. Numa relação que começou ainda durante a preparação do golpe, os empresários paulistas se articularam para garantir as “condições operacionais” do II Exército, possibilitando seu acesso a “*veículos, peças de reposição e equipamentos variados*”. Imediatamente após a vitoriosa ação golpista, se institucionalizou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) o Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), que “*atuou em estreita cooperação com o governo do general presidente Humberto Castelo Branco, criando-se comissões de trabalho integradas por civis e militares*”, com o objetivo de garantir a continuidade daquelas condições operacionais (aí incluídas forças auxiliares de natureza estadual das Forças Armadas)³⁰. Em meados de 1969, quando a estrutura repressiva do estado deu um salto de qualidade com a criação da Operação Bandeirante (OBAN), que articulou as diversas forças repressivas em âmbito federal e estadual, novamente o empresariado paulista foi decisivo. Atuando de maneira menos aberta, mas valendo-se de sua principal entidade organizativa, dirigentes empresariais

28 Idem, *ibidem*, p.35.

29 Esse volume do relatório possui características específicas, na medida em que seus capítulos foram produzidos sob a direção individual de membros específicos da Comissão. No caso dos capítulos aqui abordados, a direção coube a Rosa Cardoso.

30 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014. p.312.

aportaram diretamente recursos financeiros e equipamentos para garantir a estrutura necessária à iniciativa, que inspiraria a criação dos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) em diversas cidades do país.

Já o capítulo intitulado “Violações de direitos humanos dos trabalhadores”³¹, dedicou-se, em parte, a fornecer evidências da conexão empresariado-aparato repressivo no âmbito das próprias empresas, indicando que essa articulação se reproduzia em nível mais local, e não apenas entre as cúpulas empresariais e das forças de segurança. A partir dessas informações iniciais, os professores Edson Teles, Carla Osmo e Marília Oliveira Calazans coordenaram, no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo (CAAF/UNIFESP), o projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”. Reunindo 55 pesquisadores, esse esforço investigou os casos de dez grandes empresas atuantes em diferentes setores econômicos e dispersas por espaços urbanos e rurais de várias regiões do país. Nesse universo, foram observadas práticas como criação de divisões internas de vigilância que atuavam em estreita cooperação com a estrutura repressiva estatal (inclusive, compartilhando informações e formulando “listas negras” de trabalhadores com perfil ideológico indesejável), cessão de espaços das próprias empresas para a condução de sessões de tortura e profusão de medidas de ameaça e intimidação³².

Em conjunto, tais interpretações indicam que o empresariado – notadamente aquele detentor de grandes capitais – não foi beneficiário passivo das políticas gerais e/ou setoriais da ditadura. Pelo contrário, esteve diretamente envolvido na concepção e na implementação de tais políticas³³. Além disso, tal classe constituiu, sem dúvida, o setor civil melhor posicionado para conhecer as estruturas e práticas repressivas, na medida em que atuou ativamente para garantir seu funcionamento em diversos âmbitos. Diante desse quadro, é inegável que seu envolvimento com a ditadura foi ainda mais profundo e duradouro do que o indicado pela obra de Dreifuss, autorizando a conclusão de que se tratou, efetivamente, de um regime a serviço de uma classe social específica ou, em outros termos, uma ditadura empresarial-militar.

31 Idem, *ibidem*, pp.55-86.

32 Cf. TELES, Edson; OSMO, Carla; CALAZANS, Marília Oliveira (coords.). *Projeto a responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura* – informe público. São Paulo: Unifesp, 2023. As empresas analisadas foram Aracruz, Cobrasma, CSN, Docas, Fiat, Folha de S. Paulo, Itaipu, Josapar, Paranapanema e Petrobras. Cumpre destacar que esse projeto foi possibilitado por recursos financeiros oriundos do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), o Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Volkswagen do Brasil S.A., em função do papel dessa empresa em violações de direitos humanos durante a ditadura.

33 Afirmar isso não significa negar a proeminência das cúpulas militares na condução do regime ditatorial, nem o peso de seus interesses corporativos. Trata-se, exclusivamente, de reconhecer a importância específica e fundamental do empresariado nas mais variadas esferas do poder ditatorial.

A capilaridade da repressão ditatorial e seus alvos fundamentais

A imagem mais difundida acerca da repressão na ditadura brasileira considera como seus alvos quase exclusivos os militantes das organizações de esquerda (tenham elas optado ou não pela guerrilha), os estudantes mobilizados e, em menor medida, os sindicalistas mais combativos. Em trabalho recente, Lucas Pedretti indicou esse enfoque decorre amplamente das mobilizações de determinados setores oposicionistas a partir do início dos anos 1970, as quais lograram apresentar tais grupos como as “vítimas” por excelência do arbítrio ditatorial³⁴. Conforme já visto, em função de sua tendência geral de secundarização do papel do aparato repressivo na sustentação do regime, os historiadores revisionistas pouco questionaram esse enquadramento e, quando estudaram outras dimensões da vida social, o fizeram de forma a minimizar o impacto da repressão³⁵.

Caminhando em sentido oposto, o conhecimento crescente acerca dos laços entre esse aparato e o empresariado, sumarizado no tópico anterior, indica que o alcance das ações repressivas foi, em realidade, bastante profundo e difundido. Com efeito, no que tange aos trabalhadores formais, por exemplo, evidências apresentadas por estudos como o coordenado por Teles, Osmo e Calazans³⁶ indicam que, muito além das já conhecidas intervenções em sindicatos e perseguições às principais lideranças, havia uma vigilância cotidiana bastante capilarizada, incidindo sobre o conjunto dos trabalhadores de numerosas e significativas empresas. Com o avançar do regime e a crescente estruturação do aparato repressivo, portanto, suas intervenções tenderam a aliar à dimensão “saneadora” – termo retirado de seu próprio vocabulário autolegitimador, que correspondia à repressão sobre indivíduos considerados perigosos já identificados – também uma dimensão crescentemente “preventiva” – ou seja, voltada para a identificação e repressão de possíveis novas ameaças.

A despeito de sua importância, esse alargamento da percepção acerca da incidência do aparato repressivo não esgota os aspectos da questão. Com efeito, uma compreensão mais acurada de seu alcance e de sua ferocidade só pode ser alcançada por meio de ampliações adicionais do campo de análise, considerando outros espaços e abarcando a diversidade constitutiva dos grupos sociais subalternizados do país, com destaque para a classe trabalhadora em sua diversidade.

Nesse sentido, importantes trabalhos têm analisado, por exemplo, a especificidade da repressão sobre a população negra – para além daquela que enfrentava como partícipe de sindicatos, organizações de esquerda, etc –, que, vale notar, compunha a maioria da classe trabalhadora brasileira. Thula Pires argumentou que “*ao assumir o mito da democracia racial como uma de suas bases ideológicas, a*

34 LIMA, Lucas Pedretti. *As fronteiras da violência política: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988)*. (Tese de Doutorado em Sociologia). Rio de Janeiro: UERJ, 2022.

35 MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A modernização autoritário-conservadora nas universidades e a influência da cultura política. In: REIS FILHO; RIDENTI & MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), op. cit., pp.48-65.

36 TELES, OSMO & CALAZANS (coords.), op. cit.

*ditadura empresarial-militar garantia, de um lado, que fosse intocado o modelo de supremacia branca e os privilégios a ele decorrentes; de outro, sufocava qualquer possibilidade de enfrentamento direto da população não branca sobre as violências sofridas*³⁷. Assim, o regime entendia qualquer denúncia da opressão racial como um esforço de criação – via de regra, sob inspiração comunista – do próprio racismo no país, visando ao estabelecimento de conflitos raciais inteiramente estranhos àquela sociedade. Como resultado, foram monitorados e reprimidos não apenas movimentos sociais diretamente voltados para a ação reivindicativa, como o Movimento Negro Unificado (MNU), mas também iniciativas culturais como os Bailes Soul³⁸.

A ostensiva presença do aparato repressivo nas favelas e periferias, notadamente das grandes cidades, constituiu outra via de incidência sobre a população negra, que é estatisticamente sobre-representada nessas regiões de concentração dos setores mais pauperizados da classe trabalhadora. No caso das favelas cariocas, a truculência que caracterizava a atuação dos agentes estatais desde o final do século XIX foi exponenciada durante o período ditatorial, conjugando ações oficiais e extraoficiais. Evidências disso foram a frequência e ferocidade – incorporando práticas como tortura, prisões arbitrárias, violações de domicílios e assassinatos, dentre outras – com que eram conduzidas batidas policiais nesses espaços, as quais se sustentavam na lógica de suspeição generalizada e cujo funcionamento era de conhecimento da cúpula da estrutura repressiva³⁹.

Ainda nas favelas, a ação repressiva incidia, também, sobre a dinâmica da vida associativa. Nesse plano, além de diversas entidades locais sofrerem intervenções, tendo as suas diretorias eleitas destituídas, mesmo disputas internas cotidianas eram objeto de interferência das forças repressivas que impunham uma lógica militarista aos órgãos estatais de assistência social. No caso da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), que se opôs à política de remoções de favelas durante o período 1962-1973, a repressão assumiu formas ainda mais duras, com prisões ilegais e tortura de lideranças, culminando, também, em intervenção em seu processo eleitoral. Uma vez que tal política atendia a interesses dos capitais imobiliário e construtor – cujos intelectuais orgânicos foram responsáveis pelo delineamento de seus contornos e pela direção de alguns dos órgãos encarregados de sua implementação –, evidencia-se como, também no tocante à organização do espaço urbano, a repressão ditatorial à classe trabalhadora remete à centralidade da conexão entre empresariado e regime abordada no tópico anterior⁴⁰.

37 PIRES, Thula. Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Direito & Práxis*, Vol. 9, N. 2, 2018, p.1062.

38 Idem, *ibidem*; PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

39 OAKIM, Juliana; PEDRETTI, Lucas; PESTANA, Marco. As favelas do Rio de Janeiro e a ditadura militar: remoções forçadas, repressão ao associativismo e controle social. In: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Mario; AMOROSO, Mauro (orgs.). *Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas*. Vol.1. Rio de Janeiro: PUC-Rio; PALLAS, 2021, pp.202-209.

40 PESTANA, Marco Marques. *Remoções de favelas no Rio de Janeiro: empresários, Estado e movimento de favelados: 1957 – 1973*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

Em outra dimensão relativamente pouco estudada, trabalhos recentes têm chamado a atenção para o condicionamento da ação repressiva por questões de gênero e sexualidade. Nessa seara, Renan Quinalha, a partir de análise de textos legais da ditadura, afirma que é possível identificar “*um discurso que consagra uma ‘ordem’, inspirada pelos ‘ideais superiores da Revolução’ e pela ‘honra nacional’, que devia ser defendida contra qualquer ameaça de ‘subversão’ e de ‘corrupção’, seja ela ‘política’, ‘cultural’ ou ‘moral’*”⁴¹. Tal arcabouço jurídico sustentou uma ampla gama de práticas repressivas sobre a população LGBT, como censura a produtos culturais, repressão policial a determinados comportamentos e vigilância e intervenção em seus esforços organizativos, tendo como caso emblemático o periódico *Lampião da esquina*, editado por jornalistas e artistas nos anos 1978-1981. De maneira complementar, Maria Amélia de Almeida Teles identificou tanto um padrão diferenciado e misógino de repressão às mulheres militantes da esquerda organizada, o qual incluía a prática de estupros, quanto um conjunto de políticas de controle do corpo feminino, no qual se destacava a prática de esterilizações forçadas, que tinha como alvo preferencial as mulheres pobres e negras⁴².

Antes de encerrar esse breve inventário, é indispensável mencionar, ainda, a crescente atenção dispensada à incidência da repressão nos espaços não-urbanos. Subsumida à lógica da segurança nacional, a questão indígena foi tratada ao longo da ditadura por meio da combinação de etnocídio e genocídio – respectivamente, eliminação cultural e física de povos indígenas –, havendo casos em que se recorreu até mesmo à disseminação proposital de doenças⁴³. Via de regra, tais ações buscavam viabilizar a realização de grandes obras de infraestrutura (construção de estradas e hidrelétricas, por exemplo), permitindo, também, a expansão da fronteira agrícola e das atividades mineradoras, evidenciando, uma vez mais, a funcionalidade da ação repressiva em relação aos interesses do grande capital privado. Também nos empreendimentos assim iniciados, bem como no conjunto do espaço agrário, a violência estatal se fez presente – muitas vezes em conexão com agentes privados subordinados aos grandes proprietários –, resultando em perseguições, prisões arbitrárias, tortura, assassinatos e esbulho de terras⁴⁴.

A partir dos elementos até aqui sumarizados, é possível sustentar a posição de que a ação repressiva durante o regime ditatorial não foi pontual, nem exclusivamente voltada para os militantes mais ativos. Tampouco sua incidência foi difusa e/ou indiferenciada. Pelo contrário, se tratou de uma iniciativa altamente

41 QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. Sobre o tema, ver, também, TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. *A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contradossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022, pp.214-256.

42 TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *Estudos Feministas*, v.23, n.3, setembro-dezembro/2015, p.1002.

43 CALHEIROS, Orlando. “No Tempo da Guerra”: Algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil. *Re-vista Verdade, Memória e Justiça*, v.9. 2015.

44 MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

organizada, estruturada e capilarizada que incidiu, fundamentalmente, sobre os diversos grupos sociais subalternizados, com destaque para os componentes da classe trabalhadora em sua diversidade. Assim, não constitui exagero afirmar que a presença do aparato repressivo pairou sobre o conjunto da vida cotidiana de tais agentes sociais, condicionando escolhas e horizontes de possibilidades e limitando (mesmo que, em muitos casos, pela autocontenção) seus posicionamentos e atitudes individuais e coletivas. De maneira complementar, diferentemente dos representantes do grande capital, esses agentes não figuraram na composição das comissões e grupos de trabalho que desenham as políticas públicas implementadas ao longo da ditadura, nem foram alçados a postos de comando de ministérios, secretarias, empresas públicas, etc.

Retomando a chave interpretativa da luta de classes

Como afirmado na introdução, a análise da historiografia recente sobre o golpe e a ditadura elaborada nas duas seções anteriores não se pretendeu exaustiva. Além de focar o desenvolvimento de apenas duas vertentes, nem sempre foi possível indicar todos os trabalhos precursores de abordagens que vêm ganhando espaço e a bibliografia considerada se concentra no eixo RJ-SP. A despeito dessas limitações, os argumentos inventariados e as conclusões que deles se desdobram colaboram para evidenciar as fragilidades das principais premissas da abordagem revisionista ainda predominante. Assim, conforme argumentado, o golpe de 1964 resultou de uma ação unilateral de força em cuja preparação – política, ideológica e militar – as relações entre militares e empresariado desempenharam papel central. A ditadura por ele instalada colocou em marcha um processo de aprofundamento do padrão dependente de desenvolvimento capitalista, implementando reformas estruturais e políticas setoriais desenhadas e geridas, em larga medida, pelos próprios empresários e seus intelectuais orgânicos. O pressuposto fundamental para a sustentação desse processo foi a presença de um aparato repressivo amplamente capilarizado, operando em conexão com o empresariado e voltado prioritariamente para a vigilância e a repressão dos grupos sociais subalternizados, tendo como núcleo a classe trabalhadora em sua diversidade, que teve seu espaço de ações cotidianas e diretamente políticas drasticamente reduzido.

Sustentar tal leitura não implica negar que amplos contingentes de indivíduos, mesmo na classe trabalhadora, tenham se identificado, em graus variados, com os pressupostos ideológicos e o projeto geral da ditadura. Entretanto, isso não significa que se deva obscurecer os processos desiguais pelos quais tal identificação se constituiu em meio às diferentes classes sociais. Por um lado, as variadas frações da burguesia ocupavam inúmeros postos de comando no aparelho de Estado, onde conseguiam implementar projetos em prol de seus interesses e incidiam diretamente nas cúpulas das Forças Armadas e no próprio sentido geral do regime, além de controlarem amplíssimos recursos e aparelhos privados de hegemonia que eram decisivos na construção da legitimidade social desse estado de coisas. Por outro lado, os subalternizados tinham seu cotidiano vigiado e suas organizações sob frequente intervenção (quando não diretamente proibidas), além de estarem excluídos dos postos de comando estatais e de serem destinatários de um hercúleo esforço de propaganda pública e privada (burguesa). Diante desse cenário, o recurso a noções imprecisas de “consenso” e a referência ao compartilhamento de uma “cultura

política” autoritária além de produzirem falsas simetrias, retomam e oferecem nova roupagem – aparentemente progressista – a elementos dos discursos apologeticos da ditadura, como a noção de que a mesma representava os “verdadeiros anseios do povo brasileiro”. Em síntese, tais abordagens borram a natureza da ditadura como um regime de dominação de determinadas classes e grupos sociais sobre outros⁴⁵.

Em lugar desse borramento, do apagamento das responsabilidades efetivas pelo golpe e pela ditadura e da minimização da importância do aparato repressivo para o funcionamento do regime, as duas vertentes historiográficas críticas aqui consideradas – cujas proposições ainda podem e devem ser aprofundadas, sendo as aproximações entre ambas uma via particularmente promissora – se sustentam em outra lógica interpretativa. Recolocando a luta de classes em toda a sua pluralidade e complexidade como chave analítica central, tais vertentes permitem sugerir que uma abordagem consequente em torno do tema do “consenso” na ditadura deveria partir do reconhecimento de que o mesmo era produzido por e para as classes dominantes, só alcançando as classes e grupos sociais subalternizados – ou sendo deles extorquido – sob a sombra permanente da ação repressiva e se expressando, quase sempre, de forma passiva e inorgânica. Tal ação possibilitou que as ideias e projetos organicamente formulados pelos dominantes circulassem com extrema facilidade, ao mesmo tempo em que bloqueou a difusão de alternativas. O consenso possível sob essas condições constituiu, portanto, uma ferramenta de legitimação social da dominação produzida pela própria dominação, e não originada em alguma instância a-histórica externa e transcendente à ditadura (como uma cultura política), ou mesmo como produto de vontades individuais igualmente livres.

Por essa chave, é possível aprofundar a reflexão não apenas sobre as especificidades do período ditatorial, mas, também, acerca de suas conexões com o conjunto da história brasileira. Assim, em lugar de apontar para a permanência de uma difusa “cultura política nacional-estatista” de caráter autoritário, torna-se possível pensar tais continuidades e rupturas a partir das seguidas atualizações das formas de dominação na história brasileira, condicionadas por sua origem colonial, pelo caráter dependente do desenvolvimento capitalista nacional e pelo contínuo recurso à contrarrevolução preventiva e permanente que caracteriza a burguesia brasileiro e seu liberalismo⁴⁶.

Artigo recebido em 31.8.2023

Aprovado em 11.10.2023

45 Para uma obra fundamental na discussão do consenso como elemento da dominação de classes, ver: GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

46 Análises clássicas dessas determinações encontram-se em, respectivamente, PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 11a ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.; MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes, 2000.; e FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 4a ed. Rio de Janeiro: Globo, 2005.